

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , de 2024.

(Do Sr. Daniel Barbosa)

Requer a realização de audiência pública pela Comissão de Educação pra debater sobre monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública destinada a debater sobre o monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Para tanto, gostaria de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

◦ Karine Silva dos Santos – Coordenadora Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar – CGPAE.

◦ Kelly Poliany de Souza Alves - Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e atende alunos da rede pública. O programa é de suma importância para o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes.

A alimentação escolar tem impacto direto na saúde e no desenvolvimento das crianças. Discutir sobre esse programa permite avaliar sua eficácia, propor melhorias e garantir que as refeições escolares atendam às necessidades nutricionais dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado saudável e equitativo. Além disso, abordar esse tema possibilita discutir questões relacionadas à segurança alimentar, agricultura local e



sustentabilidade, contribuindo para a construção de políticas públicas mais abrangentes e eficazes.

Em recente pesquisa realizada pelo Observatório da Alimentação Escolar-ÓAE, a falta de apoio do poder público ao Programa, é apontada como principal dificuldade para o exercício pleno da função de conselheira. 22% dos respondentes da pesquisa estão insatisfeitos com as condições de transparência e acesso à informações, e 42,8% com as condições ou a falta de capacitação.

Os principais problemas relacionados à alimentação escolar nos estados e municípios apontados na pesquisa são: a existência de inadequadas infraestruturas e cozinhas escolares (36%), número insuficiente de nutricionistas (36%), baixa participação da sociedade civil nos conselhos (33%), número insuficiente de cozinheiras (31%) e baixo investimento financeiro por parte do estado/município (30%).

A pesquisa também aponta a ausência de ações que promovem uma alimentação saudável (42%), a baixa aceitação do cardápio pelos alunos (28%), a resistência da comunidade escolar (27%) e recursos financeiros insuficientes para a compra de alimentos (25%).

Portanto, diante do exposto, e considerando a importância da matéria e dos seus respectivos impactos positivos à sociedade, solicito o apoio dos nobres pares para aprovar este importante requerimento.

Sala da Comissão, em de abril de 2024.

DANIEL BARBOSA
Deputado Federal -PP/AL

